

Senado não vai apreciar MP que ajuda portos capixabas

Medida Provisória precisa ser aprovada até terça-feira (8) pelos senadores para não perder validade

FERNANDA BALBINO

08/03/2016 - 13:40 - Atualizado em 08/03/2016 - 13:40

Medida Provisória (MP) nº 694, que, entre outras ações, isenta os portos do Espírito Santo do pagamento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e renova esse benefício para as regiões Norte e Nordeste, não será apreciada pelo Senado Federal nesta terça-feira (8). A informação é do deputado federal Beto Mansur (PRB-SP), que tratou da questão com um funcionário que tem acesso à pauta do dia, e foi confirmada pela assessoria da casa.

O assunto também foi tema de um encontro ocorrido na sede de *A Tribuna* na segunda-feira (7). Empresários e entidades do Porto de Santos, além de diretores do Grupo *Tribuna* e do deputado federal João Paulo Papa (PSDB) se reuniram para debater os impactos da MP, que vai ajudar os portos do Espírito Santo com a isenção, e como impedir benefícios como este. O temor é de que a medida crie uma concorrência desleal e prejudique as operações do cais santista.

O AFRMM incide sobre o frete, que é o preço pago pelo transporte aquaviário das cargas. Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou a MP com a extensão do benefício aos portos do Espírito Santo. O texto, então, seguiu para o Senado e precisa ser votado até hoje, já que amanhã a matéria perde a validade.



Empresários da região temem que isenção proposta para os portos do Espírito Santo crie concorrência desleal

Há um acordo entre o Senado e a Câmara de que os textos devem ser enviados com, pelo menos, sete dias de antecedência ao término de sua validade, para que sejam apreciados e votados pelos senadores. Por este motivo, segundo Mansur, a expectativa é de que a MP 694 não entre em pauta hoje. No entanto, o Governo poderá editar uma nova matéria em que o benefício aos portos capixabas seja inserido.

“É fato que abriu-se novamente um caminho para dar um tratamento diferenciado a estados da mesma região sem uma justificativa. O que foi feito para o Espírito Santo abre um precedente porque é um porto da região Sudeste muito próximo aos centros consumidores – São Paulo e Rio de Janeiro – e cria um

tratamento desigual para um mesmo tipo de atividade. É um tipo de guerra fiscal, mas desta vez, colocado em uma lei federal. Não há coerência nisso”, destacou João Paulo Papa (PSDB-SP).

Por este motivo, o parlamentar se comprometeu a alicionar os senadores paulistas, na tentativa de frear a análise da MP na casa. Papa entrou em contato com José Serra (PSDB-SP) e pretendia falar com Aloisio Nunes (PSDB-SP) e Marta Suplicy (PMDB-SP), para explicar o prejuízo que a medida poderá causar aos portos paulistas.

O vereador santista Sandoval Soares (PSDB) também recorreu aos senadores do partido para barrar a MP.

Mobilização

Empresários e representantes de entidades do Porto de Santos se mobilizaram para discutir a necessidade de uma maior mobilização do setor. Dessa forma, poderão defender o complexo tanto em questões como a MP 694 quanto diante da necessidade de obras de infraestrutura, como as da entrada da Cidade, que ainda dependem da liberação de recursos por parte do Governo Federal.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres (ABTTC), Martin Aron, esta é uma das formas de se evitar o desequilíbrio concorrencial nas operações do Porto. “É sempre necessário que a gente esteja atento, que a comunidade portuária defende sempre seu Porto e que haja uma isonomia, porque não faz muito sentido você privilegiar um porto, por mais justo que seja a reivindicação, em detrimento de outros”, destacou o executivo.

O secretário de Assuntos Portuários e Marítimos de Santos, José Eduardo Lopes, destacou a necessidade do acompanhamento das questões portuárias em Brasília. "O problema que quase tivemos com a MP nº 694 foi um alerta e mostra a importância de termos a comunidade portuária, com seus executivos e autoridades, mobilizada para defender o Porto. Temos que ter principalmente os políticos da região mobilizados. E temos de acompanhar essas movimentações (de projetos no Congresso). Precisamos dessa inteligência. Se ninguém fizer, como vamos saber quando algo assim surgir?"

Para o secretário-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Matheus Miller, a aprovação da MP afetaria o equilíbrio concorrencial da atividade portuária no País. "Toda mobilização que se faz em prol de qualquer tema do Porto de Santos é importante. O risco é termos uma competição desigual. Hoje os portos competem entre si. Então esse vai ser mais um ingrediente que pode afetar a isonomia concorrencial".



Necessidade de mobilização do setor foi debatida por executivos e o deputado João Paulo Papa em A Tribuna

Paulo Skaf, para que integre essa campanha, na defesa tanto de investimentos na infraestrutura do complexo marítimo como em modificações no modelo de gestão, de modo a facilitar a administração portuária.

Entre as medidas a serem defendidas pelos representantes do Porto, estão a liberação de verbas do Governo Federal para a reformulação do sistema viário da entrada de Santos (até agora, a União ainda não assegurou sua participação no empreendimento), a realização das próximas fases do estudo sobre o canal de navegação, inclusive com as pesquisas a respeito de obras de contenção de sedimentos (como um eventual molhe guia-corrente), e a revalorização do Conselho de Autoridade Portuária (CAP).

Apoio

A Associação Comercial de Santos (ACS) pedirá o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) na defesa do Porto de Santos. A decisão foi anunciada pelo presidente da ACS e diretor-presidente da TV *Tribuna*, Roberto Clemente Santini, durante a reunião realizada na manhã de segunda-feira (7) na sede de *A Tribuna*.

Segundo Santini, deve-se mobilizar não apenas executivos e autoridades do setor na região, como também os empresários de São Paulo. "As indústrias paulistas são as principais usuárias do Porto. O consumo é aqui no Estado, as empresas estão aqui. Então é natural que elas participem desse processo", afirmou.

O presidente da ACS planeja entrar em contato com o próprio presidente da Fiesp,